IV. Revolução do Porto e a volta da Família Real para Portugal

Juliana Gesuelli Meirelles

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

MEIRELLES, J.G. Revolução do Porto e a volta da Família Real para Portugal. In: *A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)* [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, pp. 55-77. ISBN: 978-85-68576-96-0. <https://doi.org/10.7476/9788568576960.0005>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

IV.

REVOLUÇÃO DO PORTO E A VOLTA DA FAMÍLIA REAL PARA PORTUGAL

Ao final de 1820, era traduzido na Bahia um folheto anônimo em francês cuja autoria foi atribuída a Cailhé de Geine, informante da intendência da polícia baiana, intitulado *Le Roi et la Famille Royale de Bragance Doivent- Ils, dans lês Circonstances Presentes, Saourner à Portugal, ou Bien Resterau Brésil?* O tema do folheto colocava em cena uma polêmica que extrapolava o universo particular das discussões dos ministros de D. João VI desde 1814. O Rei e a família real deveriam ficar no Brasil ou voltar para Portugal?

O folheto teve grande impacto na Corte, onde gerou importantes discussões, uma vez que defendia a permanência definitiva da Corte no Brasil, a construção de um Império Brasileiro e o abandono de Portugal, em uma clara reação às consequências *advindas da Revolução do Porto*. *Entre as reivindicações dos revolucionários, existia uma proposta que defendia a preservação do Antigo Regime no Brasil ou, em outras palavras, propugnava a manutenção do status de Colônia deste lado do Atlântico.*

A reação a essas ideias foi de tal envergadura que as autoridades reais apreenderam os exemplares em circulação. Porém, por mais que o Brasil ainda vivesse sob um aparato censor, que estruturava um dos alicerces do poder real, tal fato já apontava para uma nova realidade: dava-se início à discussão pública de temas políticos verdadeiramente relevantes para o destino da Nação, em que a *pluralidade de opiniões* se tornava a tônica principal do debate. “Ao contrário do que pretendia o autor, o escrito ampliou o desejo dos luso-brasileiros de agir em uníssono com os constitucionalistas de além-mar”, relata a historiadora Lúcia das Neves (2008: 97).

Surgiam as mais diversas formas de julgamento sobre o tema, sobretudo diante de uma proposta tão radical. A ideia de separação entre Brasil e Portugal estava longe de ser um consenso entre a elite luso-brasileira. O conflito político, no entanto, chegava ao seu limite: em agosto de 1820 eclodia na cidade do Porto uma revolução liberal que defendia a bandeira de uma monarquia constitucional. As notícias desse fato político, no entanto, só seriam oficialmente noticiadas no Brasil em novembro do mesmo ano.

REVOLUÇÃO DO PORTO E AS CONSEQUÊNCIAS POLÍTICAS (1820-1821)

Em 9 de novembro de 1820, a *Impressão Régia* publicava uma edição extraordinária da *Gazeta do Rio de Janeiro*. Naquela quinta-feira, a sociedade carioca soube oficialmente sobre a Revolução do Porto - um movimento político liberal - que desde 24 de agosto mantinha a sociedade portuguesa sob constante tensão e conflitos de interesses. No Porto, os revolucionários defendiam uma bandeira patriótica: proclamar a liberdade e a independência nacional, através da necessária *Regeneração* que, por essa ótica, seria responsável pelo término dos males pretéritos. Porém, a *regeneração* não foi interpretada pelas elites ilustradas e revolucionárias portuguesas como uma ruptura radical com o passado monárquico, mas como um *resgate* do “constitucionalismo da monarquia lusitana que se opunha à ideia de um Estado absolutista superdimensionado em suas funções e visto como responsáveis pelos males que assolavam o país” (Silva, 2000: 285). Agora era a existência de uma *Constituição*, uma lei fundamental, que passaria a assegurar ao povo os laços tradicionais existentes entre eles e o Rei soberano.

As notícias da Revolução chegaram ao Rio cerca de quarenta dias depois e se propagaram como rastilho de pólvora pelas ruas da cidade. A questão, porém, é que esse fato histórico de tamanha relevância para a sustentação do Império luso-brasileiro não parecia ser uma novidade para a elite econômica e política da Corte. Segundo atestava uma folha inglesa traduzida e publicada no *Correio do Porto*, no dia 20 de outubro, os brasileiros já estavam informados sobre o andamento de um projeto revolucionário em Portugal. “O *Brasil* está muito inquieto, não sendo improvável que a Revolução de Portugal se estenda além do *Atlântico*. Cartas da *Bahia*, *Pernambuco*, e outras terras do norte do *Brasil*, escritas por pessoas mui respeitáveis exprimem receios de próximos rompimentos; e até dão a entender que o Projeto de uma Revolução em Portugal era conhecida no Brasil já em Junho passado”, informava o periódico.

Como era de se esperar de um súdito fiel de D. João, o então redator da *Gazeta*, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, anunciava as notícias de modo a enaltecer a monarquia e execrar a figura dos revoltosos. Dizia ele:

O espírito de inquietação e o desatinado desvario, que tem atacado o meio dia da *Europa*, desgraçadamente soprou sobre uma das mais belas cidades de *Portugal*, e corrompendo ânimos ambiciosos, e indiscretamente amigos da novidade, causou tumultos efêmeros, que a prudência do Governo se apressou a atalhar e a extinguir. Para darmos aos nossos Leitores uma ideia deste abominável acontecimento, basta copiarmos a seguinte PROCLAMAÇÃO.

Publicado na seção *Rio de Janeiro*, o comentário de Guimarães antecedia a inserção de documentos oficiais sobre os acontecimentos ocorridos na cidade do Porto, entre os idos de agosto e setembro. Todas as notícias divulgadas nesse número *extraordinário* eram extraídas da *Gazeta de Lisboa* e, curiosamente, limitavam-se ao que fora publicado no periódico lusitano até, precisamente, o dia 2 de setembro de 1820. Acontece que, desde o dia 5 de setembro, os governadores do Reino enviavam ao Rio as primeiras cartas de ofícios de portugueses e os seus próprios documentos, informando o Rei acerca das providências tomadas pela Regência de Lisboa que, para apaziguar a situação, decidira convocar as Cortes.

Realmente, até o início de setembro, os governadores do Reino lutaram contra a evolução do movimento com as armas que tinham nas mãos: a diplomacia, a força das palavras no universo público e a organização de um corpo militar, responsável por combater os revolucionários do Porto. Em 30 de agosto, o redator da *Gazeta de Lisboa* considerava o levante um “horrendo crime de rebelião contra o poder, a autoridade legítima do nosso Augusto Soberano, EL-REI Nosso Senhor”, cujas atitudes eram frutos de “alguns poucos indivíduos mal intencionados [que] alucinando os chefes dos corpos das tropas daquela cidade; poderão desgraçadamente influí-los” e, assim, romper o juramento de fidelidade ao monarca, já que se atreviam “a constituir por sua própria autoridade naquela cidade um governo a que dão o título de Governo Supremo do Reino”, cuja bandeira defendia a monarquia constitucional.

GAZETA DE LISBOA.

COM PRIVILEGIO DE SUA Magestade.

QUARTA FEIRA 30. DE AGOSTO.

LISBOA 29 de Agosto.

PROCLAMAÇÃO.

Portuguezes! O horrendo crime de rebelião contra o poder, e Authoridade legitima do nosso Augusto Soberano, ElRei Nosso Senhor, acaba de ser commettido na Cidade do Porto.

Alguns poucos Individuos mal-intencionados, allucinando os Chefes dos Corpos da Tropa daquella Cidade, pudêrão desgraçadamente influillos paraque, cobrindo-se de opprobrio, quebrassem no dia 24 do corrente o juramento de fidelidade ao seu Rei, e ás suas Bandeiras, e se atrevessem a constituir, por sua propria Authoridade, naquella Cidade hum Governo a que dão o titulo de Governo Supremo do Reino.

Bem conhecão os perversos, que maquináão esta conspiração, que só poderião conseguir extraviar corações *Portuguezes* occultando-lhes, debaixo de apparencias de hum juramento illusorio de amor e fidelidade ao seu Soberano, o primeiro, e tremendo passo que lhes fizerão dar para o abismo das revoluções, cujas consequências podem ser a subversão da Monarquia, e a sujeição de huma Nação sempre zelosa da sua independência á ignominia de hum jugo estrangeiro.

Não vos illudais pois, fieis e valerosos *Portuguezes*, com semelhantes apparencias: he evidente a contradicção com que os revoltosos, protestando obediência a ElRei Nosso Senhor, se subtrahem á Authoridade do Governo legitimamente estabelecido por Sua Magestade, propondo-se, como declarão os intrusos, que a si mesmos se constituirão debaixo do titulo de Governo Supremo do Reino, a convocar Cortes, que sempre serão illegaes, quando não forem chamadas pelo Soberano; e a annunciar mudanças, e alterações, que, quando muito, devião limitar-se a pedir, por isso que só podem emanar legitima, e permanentemente do Real consentimento.

Gazeta de Lisboa, 30/08/1820, N° 205. Nessa edição da gazeta oficial, a sociedade lisboense tomava conhecimento dos fatos ocorridos na cidade do Porto, seis dias antes.

Toda essa problemática vivenciada pelos acontecimentos da Revolução do Porto era resultado de uma conjuntura histórica que permeava a vida política luso-brasileira desde 1815, quando o Brasil fora elevado a Reino Unido de Portugal e Algarves. A conjuntura política era deveras delicada, quase insustentável. Assim, em 15 de setembro, os mesmos governadores que até então defendiam “acirradamente” a manutenção da ordem monárquica absolutista da Dinastia de Bragança sob a chefia de D. João VI formaram uma junta governativa – um governo interino –, acataram as exigências dos “rebelados”, ao convocarem as antigas Cortes e assumiram uma nova postura política diante dos fatos e, consequentemente, do próprio Rei. A ausência do monarca acentuava a urgência de medidas que contivessem a situação, corroborando para que os líderes políticos se sentissem aptos e

livres para dirigirem os destinos do Reino. Nessa data, mudava-se, inclusive, o discurso da *Gazeta de Lisboa*, que passava a defender o desejo de “toda a nação”. “Chegou o momento de sufocar, pela unanimidade de votos da Nação, o gérmen de civis discórdias; já são livres de acanhados terrores as vozes dos Portugueses; conseguiu-se enfim uma justa e moderada liberdade neste dia, duas vezes memorável”, refletia o jornalista.

Havia aqueles que criticavam as qualificações dos autores da Revolução do Porto, que eram considerados abomináveis e escandalosos, jamais rebeldes e sediciosos. Por outro lado, também tinham os que já se denominavam *brasileiros*, apoiavam a separação e defendiam a independência como forma de corrigir os vícios do governo do Brasil, pois era um engano esperar qualquer melhoria advinda do trono. A força do folheto anônimo de fins de 1820 foi tão ampla que a própria *Gazeta do Rio Janeiro*, em 31 de julho de 1821, anunciava a sua venda “devidamente” analisada. “Na loja da *Gazeta* se acha vertido em Português e analisado o folheto francês que há tempos se espalhou no Rio de Janeiro, que tinha por título O Rei e a Família real devem nas circunstancias presentes voltar para Portugal ou ficar no Brasil, por 960 réis”, informava o anúncio. Contudo, quando a direção da *Gazeta* decidiu dar publicidade ao impresso, D. João VI e toda a corte já havia retornado para Portugal, assim como as discussões pela definição dos padrões de uma monarquia constitucional já ganhavam acirrados debates nas Cortes de Lisboa.

Em 2 de janeiro de 1821, Caillhé de Geine enviava uma carta a Paulo Fernandes Viana, intendente da polícia no Rio. Neste escrito, relatava o novo caminhar da população baiana depois do conhecimento da Revolução do Porto: as fermentações dos ânimos apareciam de forma mais explícita no universo público. Ninguém mais parecia se preocupar em esconder suas opiniões, revelando-as através da produção de papéis e canções patrióticas que passavam a circular livremente, sendo lidos ou cantados em voz alta pelas ruas (Cartas de C. de Geine ao Intendente da Polícia. BNRJ. Mss. II-33, 22,54. 2 de janeiro 1821).

Essa nova conformação política e suas consequências no cotidiano da sociedade luso-brasileira, mas principalmente da sociedade carioca, aparecem com maior nitidez a partir do raio do ano de 1821. O final do ano de 1820, entretanto, já sinalizava algumas transformações. Em 19 de dezembro, a sociedade portuguesa era informada pela *Gazeta de Lisboa* sobre as decisões reais de D. João VI deste lado do Atlântico. O monarca autorizava as Cortes convocadas pelos precedentes Governadores do Reino, reclamando, no entanto, o fato de a convocação ter ocorrido sem o concurso da sua Real Pessoa, o que considerava, particularmente, injusto. A mesma edição também anunciava que logo em breve – assim que concluídas as mesmas Cortes, e sendo remetidas as propostas delas para serem legalizadas com a régia

sanção – os portugueses teriam no meio de si a real figura de D. João ou a de algum de seus augustos filhos.

Já por essa época, muitas das exigências vigentes na Revolução do Porto apareciam de forma mais nítida nas Cortes, como foi o caso do debate sobre as leis que pautariam a liberdade de imprensa e o fim definitivo da censura régia. Entre os temas de grande relevância para a Constituição, a regulamentação da liberdade de imprensa compôs uma das mais acaloradas discussões entre os deputados. A questão foi de tamanha urgência que, em 5 de fevereiro de 1821, Soares Franco – ex-redator da *Gazeta de Lisboa* no período das Guerras Napoleônicas – apresentava um *projeto de decreto sobre liberdade de imprensa extraído em grande parte do regulamento espanhol*. A própria noção de imprensa era reestruturada pelo governo interino do Reino, em Lisboa, que determinava: “do primeiro de janeiro do ano próximo de 1821, por diante, a *Impressão Régia* se denomine = Imprensa Nacional = por ser esta uma *propriedade da nação*” (ANTT, *Ministério do Reino*, Livro 325: 39),¹ fato que impulsionava a mudanças do título e concepção do jornal, que passaria a ser denominado *Diário do Governo*.

Se a maioria da sociedade portuguesa defendia de forma veemente um novo sistema de governo baseado na monarquia constitucional, havia também vozes dissonantes que criticavam a ideia de uma Constituição. Um folheto traduzido do espanhol que circulou por Lisboa, entre os idos de 1820 e 1821, fazia a seguinte reflexão:

Com que já temos constituição? Que escândalo! Que Horror! Que desaforo! Quem havia de pensar que ao fim de tantos anos que estão trabalhando os homens mais doutos mais respeitáveis para desterrar semelhante nome dentre nós, havia chegar um dia em que não só se ouvisse sem estremecer-nos, senão que se proclamasse, se exaltasse e ainda, para assim explicar-me se divinizasse? Em que tempo vivemos, Sr. d. Fernando, e que desgraça há sido a nossa ter alcançado este maldito século XIX.²

A verdade era que o raiar do século XIX trazia consigo um legado fundamental da Revolução Francesa: a discussão de temas políticos na arena pública pelos homens comuns. Isto é, se dessacralizava a política, tornando-a um tema a ser resolvido por toda a Nação. Nas palavras do historiador João Luís Lisboa, o início do século XIX marca a “altura dos grandes debates sobre as virtualidades da intervenção do homem na modificação e na condução

1 Documento direcionado à Joaquim Antonio Xavier A. da Costa, assinado por Manoel Fernandez Thomaz, importante dirigente do governo interino.

2 Lisboa. *Punhal dos Corcundas*. n.º 5, p. 41. *Lamentos políticos de um pobrezinho e preguiçoso que estava acostumado a manter-se à custa alheia, por O lamentador*.

da coisa pública” (Lisboa, 1991: 164), particularmente no contexto português, já que o Rei e sua Corte estavam a milhares de léguas de Lisboa, antigo centro do poder.

Sob essa nova perspectiva, a evolução e, posteriormente, a repercussão da Revolução do Porto nos dois lados do Atlântico impôs uma nova cultura política que se delinearia ao longo de 1821 e 1822, criando também o nascimento de um novo vocabulário político entre os homens ilustrados que pensavam os destinos do império. A “cultura política de uma sociedade compõe-se não só de conhecimentos e crenças que fundamentam as práticas possíveis no interior de um sistema político, como as normas estabelecidas para definir os direitos e deveres dos participantes como cidadãos”, o que na prática, delimitava “as fronteiras das comunidades a que pertencem indivíduos e grupos, legitimando ou desqualificando as suas reivindicações”, define a historiadora Lúcia Neves (2003: 25-26).

Se no início de 1821 a vigência das Cortes em Portugal já demarcava vieses importantes da monarquia constitucional a ser instituída no Império Português, no Brasil ainda se desenhavam as primeiras adesões às Cortes e à Constituição, cujo impacto e repercussão se deram de forma *diferenciada* em todo o Brasil, tão caracterizado pelas *especificidades* regionais. O Pará aderiu ao projeto constitucional em 1º de Janeiro de 1821, seguido do Maranhão e do Piauí. Em 10 de fevereiro, era a vez da Bahia e, em seguida, de Pernambuco. Nessas províncias, particularmente, o movimento constitucionalista foi “em grande parte resultado da ação de brasileiros libertos da revolução de 1817, cujos ânimos conseguiram ser totalmente sufocados pelos esforços dos respectivos governadores locais”, afirma a historiadora Ana Rosa C. da Silva (2000: 292-293).

Apesar de as províncias do norte e nordeste terem concordado prontamente com o sistema constitucional, não houve uma perfeita sintonia nas tendências e motivações dessas províncias; pelo contrário, desde o início, a agitação pelo controle da situação se mostrava aguda. Todas essas capitanias, porém, convergiam em um ponto importante: faziam oposição ao despotismo do Rio de Janeiro, diferentemente das províncias do sul e sudeste, que assumiram um tom mais controlado.

Já no Rio de Janeiro, a particularidade dessas transformações aparecia desde 1820, quando a cena política brasileira já contava com o surgimento de novos protagonistas que, em 1821, seriam líderes de um importante movimento político em prol do juramento da constituição de Lisboa, ocorrido no largo do Rossio. Esse novo grupo era composto por proprietários de terras e comerciantes do Recôncavo da Guanabara e do Campo dos Goytacazes que se aliaram aos negociantes de gêneros de abastecimento e varejistas, além de bacharéis e militares, com o intuito de se contraporem aos interesses das

famílias portuguesas e negociantes de *grosso trato*, ambos articuladores das esferas de decisão do Estado.

Denominado de *liberais*, seus principais representantes – Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, José Clemente Pereira, Luis Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho e Manoel dos Santos Portugal – eram homens que buscavam o enriquecimento e a ascensão na esfera pública, marcadamente por defenderem interesses antagônicos aos da alta burocracia portuguesa, representada pela nobreza emigrada, os comerciantes de *grosso trato*, como a família Carneiro Leão, e os ministros de Estado, entre eles Silvestre Pinheiro Ferreira e Vilanova Portugal.

26 DE FEVEREIRO DE 1821

O grupo dos *liberais* liderou uma das mais importantes manifestações políticas ocorridas no espaço público durante a governação de D. João VI. A parada militar ocorrida em 26 de fevereiro de 1821, no largo do Rossio na capital, exigia o juramento do Rei à Constituição de Lisboa e a substituição dos ministros de Estado e das pessoas que ocupavam os principais cargos políticos no governo. Eram favoráveis à volta de D. João VI para Portugal, sob a perspectiva de uma monarquia constitucional, com sede em Lisboa. Paralelamente a essas reivindicações, as atitudes do regente escancaravam a forte crise pela qual passava a monarquia portuguesa, cujo impasse era sinalizado para toda a sociedade fluminense inclusive com importantes contornos na imprensa.

Em 18 de fevereiro, D. João VI determinava a volta de D. Pedro a Portugal com o objetivo de “assegurar a felicidade da nação” e, assim, “restabelecer a tranquilidade geral daquele Reino; para ouvir as representações e queixas dos povos” (Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, 1821, Nº 3).³ No dia 24, a *Gazeta do Rio de Janeiro* notificava em publicação *extraordinária* o decreto real que enviava o Príncipe Real ao Reino para consolidar a constituição *portuguesa*.

³ Na publicação do periódico a assinatura do Regente datava de 22 de fevereiro de 1821, folha 132 do Livro 8º.

GAZETA EXTRAORDINARIA
DO
RIO DE JANEIRO.

SABBADO 04 DE FEVEREIRO.

Doctrina . . . vim promouet lasitum;

Rectique cultus pectora roborant. HORAT.

RIO DE JANEIRO.

DECRETO.

EXigindo as circumstancias em que se acha a Monarchia justas e adequadas providencias para consolidar o Throno, e assegurar a felicidade da Nação *Portuguesa*, Resolvi Dar a maior prova do constante desvello, que Me anima pelo bem dos Meus Vassallos, Determinando que o Meu muito Amado e Prezado Filho, D. PEDRO, Principe Real do Reino Unido de *Portugal, Brazil e Algarves*, vá a *Portugal* munido da Authoridade e Instrucções necessarias, para pôr logo em execução as medidas e providencias que Julgo convenientes, a fim de restabelecer a tranquillidade geral daquelle Reino; para ouvir as representações e queixas dos Povos; e para estabelecer as reformas e melhoramentos, e as Leis que possam consolidar a Constituição *Portuguesa*; e tendo sempre por base a justiça e o bem da Monarchia, procurar a estabilidade e prosperidade do Reino Unido; devendo ser-Me transmitida pelo Principe Real a me-ma Constituição, a fim de receber, sendo por Mim Approvada, a Minha Real Sanção. Não podendo porém a Constituição que em consequencia dos mencionados Poderes se ha de estabelecer e sancionar para os Reinos de *Portugal e Algarves*, ser igualmente adapta-

vel e conveniente em todos os seus artigos e pontos essenciaes á Povoação, localidade e mais circumstancias tão penderosas como attendíveis deste Reino do *Brazil*, assim como ás das Ilhas e Dominios Ultramarinos, que não merecem menos a Minha Real Contemplação e P.ternal Cuidado: Hei por conveniente Mandar convocar a esta Corte os Procuradores, que as Camaras das Cidades e Villas principaes, que tem Juizes Letrados, tanto do Reino do *Brazil*, como das Ilhas dos *Açores, Madeira e Cabo Verde* eleguerem: E Sou outrossim Servido que ellas hajão de os escolher e nomear sem demora, para que reunidos aqui o mais prontamente que for possível em Junta de Cortes, com a Presidencia da Pessoa que Eu Houver por bem escolher para este Lugar, não sómente examinem e consultem o que dos referidos artigos for adaptavel ao Reino do *Brazil*, mas tambem Me proponhão as mais reformas, os melhoramentos, os estabelecimentos, e quaisquer outras providencias que se entenderem essenciaes ou uteis, ou seja para a segurança individual, e das propriedades, das administrações da Justiça e da Fazenda, augmento do Commercio, da Agricultura, e Navegação, Estudos e Educação publica, ou para outros quaisquer objectos conducentes á prosperidade e bem geral deste Reino, e dos Dominios da Coroa *Portuguesa*.

E para secelesar estes trabalhos, e prepa-

nas as materias de que deverão occupar-se: Sou tambem Servilo Crear desde já huma Commissão composta de Pessoas residentes nesta Corte, e por Mim nomeadas, que entrará logo em exercicio, e continuará com os Procuradores das Camaras que se forem apresentando, a tratar de todos os referidos objectos, para com pleno conhecimento de causa E si os Decretos. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, faça publicar e executar, passando as Ordens necessarias ás Camaras, e os mais Despachos e participações que precisas forem: as quaes tambem se farão aos Governos das Provincias pelos Secretarias do Estado. Palacio do Rio de Janeiro em dezeto de Fevereiro de mil oitocentos e vinte e hum. — Com a Rubrica de SUA Magestade. — Est. conf. n.º. Paço 22 de Fevereiro de 1821. — Thomas Antonio de Villanova Portugal. — Ut. a fol. 131 do Liv. 8.º

DECRETO.

Tenho Mandado Canoaar os Procuradores das Cidades e Villas da Rôxa do Brazil, e Illas, para em Junta de Cortes se tratar das Elys Constitucionaes, que se discutem nas Cortes de Lisboa, e dos melhoramentos que forem uteis ao Brazil, Creando huma Commissão de Pessoas do Meu Conselho para preparar estas averiguações, e evitar a demora da Convocação de Provincias mui distantes: Hui por bem que a mesma Commissão seja composta das Pessoas que constão da Relação inclusa, assignada por Thomas Antonio de Villanova Portugal, Ministro e Secretario do Estado dos Negocios do Reino: e a ella poderá assistir o Meu Procurador da Coroa, ou Enxerçales publicos, que for conveniente. O mesmo Ministro e Secretario de Estado o tenha assim entendido, e lho participe, para que, se n.º deponha de outro Titulo, habendo de entrar em exercicio. Palacio do Rio de Janeiro em vinte e tres de Fevereiro de mil oitocentos e vinte e hum. — Com a Rubrica de SUA Magestade.

*Pessoas Nomeadas para a Commissão da Junta
Creada pelo Decreto de 18 de Fe-
vereiro de 1821.*

Para Presidente.

O Marquez de Alegrete.

Para Deputados.

*O Barão de Santo Amaro.
Monsenhor Almeida.
Luiz José de Carvalho e Mello.
Antonio Luiz Pereira da Cunha.
Antonio Rodrigues Velloso de Oliveira.
João Severiano Maciel da Costa.
Camillo Miria Tonlet.
João de Souza de Mendonça Corte Real.
João da Silva Lisboa.
Mariano José Pereira da Fonseca.
João Rodrigues Pereira de Almeida.
Antonio José da Costa Ferreira.
Francisco Xavier Pires.
João Luciano Gomes.*

Procurador da Coroa.

João de Oliveira Botelho Pinto Mosqueira.

Secretarios.

*Manuel Jacinto Nogueira da Gama.
Maoel Moreira de Figueiredo.*

*Secretarios Supranumerarios para servirem no im-
pedimento dos referidos.*

*O Coronel Francisco Sarmiento da Costa Reis.
O Desembargador João José de Mendonça.*

*Palacio do Rio de Janeiro em 23 de Feve-
reiro de 1821. — Thomas Antonio de Villanova
Portugal.*

O discurso real de D. João evidenciava os novos paradigmas que a sociedade como um todo estava compartilhando. Como soberano agora submetido a uma constituição feita e pensada pelo povo, D. João se via na posição de *partilhar* os poderes da nação, já que era por ela escolhido. A partir de então, o monarca devia *obediência* às leis que a sociedade legislava e promulgava nas Cortes, sendo reduzido seu espaço de negociação, que ficava sujeito a uma determinação coletiva vinculada aos trâmites do poder legislativo. A volta de D. Pedro para Portugal era uma forma de D. João VI conservar os laços reais nos dois lados do Atlântico para, em última instância, garantir a unidade e legitimidade do Império Português (Schiavinato, 1999: 96-105). A circunstância era muito complexa, motivo pelo qual, no dia 23 de fevereiro, o Rei dava publicidade à relação dos membros da comissão da “Junta das Cortes” do Reino do Brasil. A ratificação dessa decisão ocorreria no dia seguinte, com a aprovação no Reino do Brasil da Constituição que estava sendo feita em Portugal. Os membros da comissão “eram os mesmos homens que no decorrer do governo joanino haviam acumulado enormes fortunas e se assenhorado da administração pública”, afirma a historiadora Cecília Salles Oliveira (1999: 116). Na prática, a presença de personalidades como Tomás Antonio Vilanova Portugal, o Conde de Palmela e o Conde dos Arcos, perpetuava o mesmo poder político e as antigas condições de mercado vigente. Essa conjuntura conflitava diretamente com os interesses dos liberais fluminenses, que buscavam criar instrumentos jurídicos que legitimassem a sua preponderância sobre o mercado e a esfera pública. O foco da crise monárquica estava nas decisões reais que se passavam dentro do alto escalão governamental, fato que já se delineava pelo universo público de diferentes formas.

Desde a chegada da notícia da Revolução, o Rio presenciava um momento político de efervescência e ebulição. Já em meados de 1821, os habitantes da cidade produziam seus escritos que agora circulavam por todos os cantos em um clima de maior liberdade. Multiplicavam-se os manuscritos – cartas, anotações, papéis públicos – que geravam muitos burburinhos sobre o futuro do Império Português e, obviamente, contribuíam para o raiar de novas reflexões sobre a política real. Essa atividade ganhava tamanha dimensão que os próprios escravos passavam a esquadrinhar uma outra vertente de atuação, impostando suas vozes e opiniões, em uma clara perspectiva de sujeitos históricos agentes (Morel: 2005:232-233).

A manifestação de 26 de fevereiro de 1821 foi resultado dos dias de intenso conflito e tensão que ocorriam na órbita governamental. O movimento evidenciava o embate de posições políticas entre o governo e um grupo de cidadãos livres insatisfeitos, cujas relações comerciais eram muitas vezes perpassadas por elos de parentesco com os europeus e

também pelo contato com a maçonaria, que os tornavam mais próximos dos revolucionários vintistas.

D. Pedro se responsabilizou pelas negociações entre os liberais – que exigiam a aprovação da constituição – e a palavra final de D. João VI, que aceitava o novo cenário político. Um contemporâneo dos fatos descreve que, desde o amanhecer do dia 26, quando todo o batalhão militar já se organizava na Praça do Rossio exigindo que o Rei se rendesse às Cortes, apareceu a figura de D. Pedro. Com um papel nas mãos, leu para as tropas que aguardavam a decisão real. “Tudo está feito: a Tropa pode ir a quartéis, e os oficiais vão beijar a mão do meu Augusto Pai” (*Relação dos Acontecimentos do Rio de Janeiro no dia 26 de fevereiro de 1821 e algumas circunstâncias que o precederam e o produziram*. BNP. Seção de Reservados, Cód. 10.759).

O bacharel Marcelino José Alves Macamboa argumentou que essa atitude não atendia as reivindicações e que o Rei deveria jurar as Cortes.

Em consequência desse momento de conflito, D. Pedro se comprometia em levar as solicitações dos revoltosos para D. João, inclusive com o pedido de afastamento de Paulo Fernandes Viana e Vila Nova Portugal, ambos homens de proeminência no governo. Depois da reunião com o monarca, que consentiu todas as exigências, D. Pedro voltou à praça e leu o decreto real de 24 de fevereiro. Foi ovacionado pela população que, sob vivas, aclamava o nascimento de um novo tempo. Alguns escritos da época exaltavam a relevância da atitude do príncipe, que foi considerado por muitos um herói.

Os Heróis sempre marcam
Um dia com grandes Feitos
Outros além levantaram
Padrões de valor inteiro;
Mas o Rio de Janeiro
Um herói em si achou
Que de mais glória coroou

26 de fevereiro.

(Poesia em aplauso dos heroicos feitos do memorável dia 26 de fevereiro 1821, Rio de Janeiro, Imprensa Régia, 1821).

Às onze horas da manhã, D. João estava *in persona* no Rossio para *reafirmar* as palavras e o pacto de lealdade do filho com o seu povo. Ao ser ovacionado, o Rei punha em prática os códigos de sociabilidade tão presentes e necessários nas relações hierárquicas e de subordinação vigentes na monarquia portuguesa: reverenciava o povo com beija-mãos, o que supostamente sinalizava para o restabelecimento da ordem. “D Pedro, ao ocupar a cena pública, sintetizava um modo de agir mais condizente com

a intenção política liberal, que não reprime a revolta, o descontentamento, mas, ao contrário, sabe remanejá-los a seu favor”, elucida a historiadora Iara Lis Schiavinatto (1999: 99). Com essa atitude, conseguia dissimular a derrota do rei, que cedia às exigências do povo.

Já no dia 28, o redator da *Gazeta* descrevia os fatos ocorridos dois dias antes pela ótica da conciliação entre os envolvidos. Segundo Guimarães, as múltiplas circunstâncias tiveram “vantajosos resultados” que podiam ser vistos através da “*geral tranquilidade no meio dos acontecimentos* quase sempre rubricados com sangue”. No final da reportagem, o jornalista abria um diálogo com os leitores da folha, dizendo que bastava “transmitir uma *singela e verdadeira exposição* do que houve de mais notável neste dia singular a aqueles, que não tiveram a satisfação de o presenciar.”

Era preciso que a *Gazeta* veiculasse essa versão dos fatos até porque a direção do jornal tinha ciência de que na cidade já circulavam outras informações sobre os acontecimentos advindos de além-mar, que vinham pelas correspondências particulares. Nessa mesma data, a *Impressão Régia* publicou um *Suplemento à Gazeta* N° 17, que “complementava” as informações veiculadas na mesma edição. Ao contrário do que poderiam supor os contemporâneos, o jornalista não só defende explicitamente os interesses do povo, como também reverenciou o patriotismo dos revolucionários vintistas. Dizia ele: “Retumbou no *Brasil* a voz, que alçaram nossos Irmãos em *Portugal*, e o fogo do nobre patriotismo, acendendo-se nos peitos generosos dos habitantes do *Rio de Janeiro*, [que] rompeu as prisões que o detinham, e se manifestou com o maior entusiasmo”. A participação popular era justificada “pelo desejo de ver melhorada a sua situação, ambicionando a glória de regenerar a Pátria.” Ainda segundo o redator, como o povo não podia realizar tal empreitada por si só e “ultimar tão grande obra, convidou a cooperação daqueles que, por mais de uma vez tem salvado, e achou no brio, valor e honra dos mesmos, o auxilio, de que precisava”, em referência aos militares, a Tropa e ao grupo dos liberais.

Nessa publicação há um rompimento com o discurso real que glorificava o monarca e sua infinita benevolência para com o seu povo. O gazeteiro assume, inclusive, a existência de condições sociais conflituosas (sobretudo para os menos privilegiados) dentro do sistema absolutista português. Diante de tamanha ousadia, já que tudo isso tinha sido dito em um jornal oficial, é bem razoável que os diretores do periódico estivessem inquietos com as consequências adversas do processo político desde a Revolução do Porto e, por isso mesmo, buscassem uma rearticulação do discurso da folha.

O ano de 1821 foi, decisivamente, um período de grandes e importantes mudanças na vida sociopolítica e cultural do Brasil. As múltiplas manifestações de ordem pública só cresceriam ao longo do ano, sobretudo depois do movimento constitucionalista de fevereiro. Nesse cenário, os cafés e as livrarias se tornavam locais privilegiados das discussões políticas, apesar de o absolutismo não ser ainda uma página virada da história luso-brasileira. “Diante do poder Absolutista, havia um público letrado que, fazendo uso público da Razão, construía leis morais, abstratas e gerais, que se tornavam uma fonte de crítica do poder e de consolidação de uma nova legitimidade política”, afirma o historiador Marco Morel (2005: 201).

O mês de março marcaria importantes contornos nessas transformações que, em âmbito mais amplo, estavam imersas nas novas problemáticas vigentes no Império luso-brasileiro. Nesse mês, surgiam três jornais no Rio – uma absoluta novidade –, já que até então todo papel impresso que circulasse pela cidade (incluindo-se aí a imprensa) era de domínio privado do governo, através da *Impressão Régia* e, portanto, necessitava de uma *licença real* para circular.

O amigo do Rei e da Nação, de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, foi um periódico que circulou entre os meses de março e junho de 1821. O texto era escrito em forma de artigo, sendo publicado em três partes. Para além deste, nascia também *O Bem da Ordem* e *O Conciliador do Reino Unido*. Enquanto o primeiro tinha como redator o cônego Francisco Vieira Goulart, o segundo foi dirigido por José da Silva Lisboa, o visconde de Cairu, todos eles homens ilustrados pertencentes a um estrito círculo cultural diretamente ligado à realeza. Diferentemente de *O amigo do Rei e da Nação*, *O Bem da Ordem* foi uma coleção de dez edições, escrita em formato editorial, que circulou até o mês de dezembro de 1821. Em todos os números, o redator primava pela continuidade temática do que havia sido discutido nos exemplares anteriores. Já *O Conciliador do Reino Unido* teve apenas sete números, circulando entre 1º de março e 28 de abril de 1821.

Todas essas novas folhas, juntamente com a *Gazeta do Rio de Janeiro*, debateriam questões políticas essenciais da época: as Cortes, a constituição, a ideia de opinião pública e a liberdade de imprensa; esta última uma exigência dos revoltosos vintistas aceita por D. João VI no “memorável” dia 26 de fevereiro de 1821. Debater as vantagens e prejuízos da liberdade de imprensa era uma questão central da época, afinal de contas se constituía como um dos principais pilares do liberalismo político, então nascente no mundo luso-brasileiro. Cairu, que era diretor da *Gazeta do Rio de Janeiro* desde 1808

e também censor régio, dedicou três números de seu jornal *O Conciliador do Reino Unido* para pensar sobre essa problemática.

Nessas edições, criticava as ideias de um folheto anônimo impresso no Brasil que se popularizara na sociedade carioca justamente por defender a *absoluta* liberdade de imprensa.⁴ O comentário do censor sobre tais reflexões é um excelente termômetro das mutações que permeavam o universo público da Corte. A “liberdade de imprensa é hoje reclamada sem limites, como direito do homem e do cidadão pela mania do século, e fantasia de sofistas, que confundem a *saudável reforma* com a *horrorosa mudança* na constituição do Estado”, defendia. Com esse discurso, Cairu temia que a imprensa se convertesse em uma “*maquina infernal*, para explosões revolucionárias”, pois, segundo ele, certamente estaria nas mãos dos pregoeiros de desordens, que, dizendo ter chegado à idade da razão, usá-la-iam para propagar erros terríveis em escritos incendiários. Em outras palavras, o nobre desejava criar limites para a liberdade de expressão. Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, bacharel formado em direito pela Universidade de Coimbra, também ajuizava sobre o futuro da imprensa no Brasil, principalmente depois do decreto de 2 de março de 1821 que suspendia a censura prévia. Segundo ele, todas as conversas miúdas que invadiam os diferentes lugares de sociabilidade da Corte tinham como tema a esperança das pessoas em relação aos melhoramentos decorrentes das novas possibilidades da livre escrita (*O Amigo do Rei e da Nação*, n. 1, s.d: 5).

Apesar de tamanha agitação social, Carvalho e Silva interpretava o decreto de 2 de março mais como uma benesse do soberano do que como uma conquista de toda a sociedade. Por essa ótica, classificava os escritores em dois grupos bem distintos entre si: o cidadão benemérito e o criminoso. “(...) os mesmos tipos, que apontarem as virtudes, hão também [de] assinalar os delitos”, defendia o fiel vassalo de D. João (*O Amigo do Rei e da Nação*, n. 1, s.d: 7). Na prática, porém, o Rio já vivia sob a *diversidade de olhares*, o que constituía um passo fundamental nas discussões sobre temas de interesse coletivo.

Apenas o Brasil o sabe, não mais se esconde o entusiasmo de seus habitantes, e sem que o medo o estorve, o sentimento avulta, a opinião se fortifica, e qual seja a vontade universal não entra em dúvida. O Bem, que a todos resultava na mudança era muito claro, muito simples para que às vistas mais grosseiras pudessem ficar oculto. A Bahia soltou o primeiro grito de Constitucional e, e seu eco, retinindo no Rio de Janeiro, encontrou a resposta em um grito semelhante.

4 Ver edições de n.ºs 5, 6 e 7

Apesar do partido imediato, que se nutria da miséria da Nação, e iludindo o Monarca, tentava escurecer a seus Olhos os raios da verdade; apesar dos Gênios mal fazejos, aos quais não convinha a menor variação na marcha do Governo: alguns daqueles Portugueses, a quem nada atemoriza, logo que se trata da salvação da Pátria, e alguns honrados e dignos Militares, tomam a si a Grande empresa, prestão-lhe energia, e conseguem finalmente na manhã do dia 26 de Fevereiro realizar os seu ardentes votos com Aprovação do Benéfico Soberano

(...)

Às vistas de todos estão fixas na Administração da Causa Pública, e vêm satisfeitos, que os novos Ministros, e novas Autoridades vão confirmando a boa opinião da sua escolha, tanto mais grande (sic) quanto mais difícil na crise, em que foi feita, e da qual não devia retardar-se.

O público por justos motivos queixoso, e talvez indignado: agora que a verdade já não é crime, agora que a verdade já pode intrépida aversinar-se ao trono o Soberano conhecerá cada vez mais, que a linguagem muito raras vezes tocou nos seus ouvidos. Não digo, que em todas as Autoridades existisse a corrupção; uma tal linguagem seria um crime seria manchar os Portugueses, e supor entre eles mais perversos, do que honrados. É certo, porém, que de grandes, e mesmo de pequenas Repartições, brotavam ordens, e emanavam planos que se o nosso Bom Rei os conhecesse, não ficariam impunes seus autores.

(...)

As nossas ideias mais livres agora, apuradas por sábias combinações, e por um sisudo critério, servirão de aperfeiçoar os costumes: as Ciências, e as Artes serão melhoradas entre nós, banida a estupidez, e o mérito exaltado. O fogo dos Gênios iluminados não será mais sufocado, e sem que transponham as balizas, que a Decência e a Razão lhes assinala, sem que fatais parcialidades os desvairem, veremos defender o justo, proscrever o injusto, e melhorando o que for bom, tornar feliz a Sociedade, enriquecê-la de bons Escritos, não só pelas Pátrias produções, mais ainda pelas traduções e ampliações daquelas com que as outras se enobrecem.

(*O Amigo do Rei e da Nação*, n.1, s.d.:3-7).

GAZETA DO RIO DE JANEIRO.

QUARTA FEIRA 7 DE MARÇO.

*Doctrina . . . vim promouet insitam,
Recti que cultus, pectora roborant.* H O R A T.

RIO DE JANEIRO.

Terça feira, 6 do corrente, pelas 3. horas da tarde, os fogos de artifício, as salvas das Fortalezas e da Esquadra, e os repiques dos sinos advertirão os *Portuguezes* de que o Ceo lhes havia concedido mais hum beneficio, na feliz successão dos Seus Augustos Monarcas; Sua Alteza Real a Princesa Real do Reino Unido de *Portugal*, e do *Brazil e Algarves* havendo dado á luz hum Principe, Herdeiro das Virtudes de Seus Augustos Pais e Avós. Os nossos corações, que ainda trasbordão de jubilo pelo faustissimo donativo, com que o Senhor D. JOÃO VI., Nosso Augusto Soberano, havia fixado a nossa felicidade, torão sobresaltados de hum novo alvoroço, e a visível protecção do ALTÍSSIMO sobre *Portugal* exigio as nossas acções de graças. Apreissando-nos a tomar parte no publico regozijo, reservamos por falta de tempo para o N.º seguinte a narração das devidas demonstrações do apreço, que merece tão appetecido successo.

O singular Beneficio, que o Senhor D. JOÃO VI., nosso Amabilissimo Soberano, concedeu aos seus ditos Vasallos pelo sempre memoravel Decreto de 24 de Fevereiro, ao mesmo tempo, que he o sagrado Palladio da nossa liberdade, he o manancial perenne da nossa felicidade. Excellerá sem duvida as nossas acaheadas forças memorar todos os bens, que se

derivão daquella fonte inexaurivel. Limitando-nos porém a considerações parciaes, temos neste momento de mencionar o Decreto de 2 de Março corrente, como huma época notavel na historia *Portugueza*.

A liberdade da Imprensa era sem duvida huma consequência dos principios liberais, que haviam introduzido a SUA Magestade a adoptar huma nova ordem de cousas; mas, segundo o sentimento do celebre *Montesquieu*, as formalidades da justiça são necessarias á liberdade. SUA Magestade se deliberou portanto a sancionar aquella franqueza, de que se tem derivado tantos progressos á propagação das luzes, e á communicação das noticias. Mas como (segundo a opinião do mesmo grande Estadista) *o espirito de moderação deve ser o do legislador; e o bem politico, como o bem moral, se acha sempre entre dois limites*, a sabedoria do Governo soube cohibir os excessos, que tão graves e profundas feridas tem feito na Religião Christã, tão affastada do puro despotismo, na opinião do citado Autor, na moral pura do Evangelho, respeitada ainda por hum dos maiores campões da incredulidade, e nos principios da verdadeira politica, e da segurança pessoal, que he o mais saboroso fructo da Civilidade. Todas estas grandes vistas politicas se achão no seguinte Decreto, que offerecemos á attenção dos Leitores.

DECRETO.

Fazendo-se dignas da Minha Real Consideração as reiteradas Representações, que Pessoas doutas e zelosas do progresso da Civilisação e das Letras tem feito subir á Minha Soberana

Cinco dias depois, em 7 de março, o decreto era publicado na *Gazeta do Rio de Janeiro*. O comentário do redator não só admitia que a liberdade de imprensa fosse uma consequência dos princípios liberais, como também a referenciava como fator que propugnava o progresso e as luzes.

Presença, tanto sobre os embaraços, que a prévia Censura dos Escritos oppunha à propagação da verdade; como sobre os abusos, que huma illimitada liberdade de Imprensa polia trazer à Religião, à Moral, ou à publica tranquillidade: Hei por bem Ordenar: Que, emquanto pela Constituição committida as Cortes de Portugal se não acharem reguladas as formalidades, que devem preencher os Livreiros e Editores, fique suspensa a prévia Censura, que pela actual Legislação se exigia para a Impressão dos escritos, que se intende publicar: observando-se as seguintes disposições.

Todo o Impressor será obrigado a remetter ao Director dos Estudos, ou quem suas vezes fizer, dás exemplares das provas, que se tirarem de cada folha na Imprensa, sem suspensão dos ultteriores trabalhos, a fim de que o Director dos Estudos, distribuido huma dellas a algum dos Censores Regios, e ouvido o seu parecer, deixe pronguir na impressão, não se encontrando nada digno de censura: ou a faça suspender, até que se fação as necessarias correções, no caso unicamente de se achar, que contém alguma cousa contra a Religião, a Moral, e Bons Costumes, contra a Constituição e Pessoa do Soberano, ou contra a publica tranquillidade: ficando elle responsavel ás Partes por todas as perdas e damnos, que de tal suspensão e demoras provierem: decidindo-se por Arbitrio tanto a causa principal de injusta censura, como a secundaria das perdas e damnos: e recolhendo o Director dos Estudos os Arbitrios por parte da Justica, bem como o Julgador: salvar as excepções de pejo ou suspensão, que á Parte possa competir, na fórma de Decreto.

Do mesmo modo deverá os Livreiros mandar successivamente ao Director dos Estudos, ou quem suas vezes fizer, listas dos livros, que tiverem de vender, e que se não achem em precedente lista: remettendo os que pelo mesmo Director lhes foram pedidos para serem examinados: e caso nullo se encontro coisa, que offenda algum dos mencionados pontos, deverá o Director dos Estudos mandar prohibir a ulterior venda: entregando-se na Libreria Publica; a menos que, sendo de importação, seu dono não prefira recapta-la.

O Impressor, ou Livreiro, que faltar em cumprir com o disposto neste Decreto, incorrerá na pena pecuniaria, que não será menos de cem mil reis, nem mais de seiscentos mil: e além disso na correccional de custodia, de oito dias ao menos, ou de tres mezes, ao mais, nos casos de maior gravidade: confiscados em ambos os casos os livros, apprehendidos.

E como pelo Acto espontaneo da Minha Soberania, com que Hei por bem suspender a promulgação da Constituição a Censura prévia, que prende e retarda a publicação e circulação dos Escritos, não he, nem polia ser Minha Intenção abrir a porta á libertina dissolução no abuso da Imprensa: Hei por expressamente declarado, que se por algum modo se introduzirem no Publico, apezar das cautelas acima ordenadas, ou pela falta da sua observancia, Escritos sediciosos, ou subversivos da Religião e da Moral: fiquem responsaveis ás Justicas destes Meus Reinos, pela natureza e consequencias das doutrinas ou asserções nelles contidas, em primeiro lugar seus Autores: e quando estes não sejo conhecidos, os Editores: e a final os Vendedores ou Distribuidores, no caso que se lhes prove conhecimento e complicitade na disseminação de taes doutrinas, ou asserções.

A Meza do Desembargo do Paço o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro aos 7 de Março de 1821. — Com a Rubrica de SUA Magestade.

Em consequencia do que havemos dito nas N.ºs precedentes das espontaneas e repetidas demonstrações de prazer, que o publico á porta tem dado, temos a satisfação de acrescentar que a iluminação tem continuado todas as noites, e que em todas ellas tem estado o Real Theatro de S. João illuminado, e se tem repetido com o mesmo enthusiasmo os Vivas á Religião, a SUA Magestade, a S. A. R. o PRINCIPE REAL, e á Constituição, em Presença das Effigies de SS. MM. e AA. RR., cantando-se os hymnos, e recitando-se versos alusivos, da mesma maneira, que mencionámos nas Gazetas precedentes.

Temos muito prazer em elogiar as accertas medidas, com que a Policia tem vigiado sobre a segurança publica, das quaes se fará huma completa idea, lendo o seguinte Edital.

ANTONIO LUIZ FERREIRA DA CUNHA, do Conselho de SUA Magestade, e do da Sua Real Fazenda, Fidalgo da Casa Real, Commandador da Ordem da Christo, Deputado da Real Junta do Commercio, Fiscal das Mercês, e Intendente Geral da Policia desta Corte a Reins de Brazil, &c. &c. &c.

Faço saber aos que o presente Edital vig

O decreto de 2 de março transferia a censura dos manuscritos para as provas tipográficas. Isto é, na prática, mudava-se o tipo de "censura" praticada pela Coroa: regulavam-se os direitos dos editores e impressores, ao mesmo tempo em que estes ficavam restringidos à vigilância dos homens ilustrados da órbita real responsáveis pela "boa" condução das discussões. Apesar dessas controvérsias, a partir de então o Rio de Janeiro abria as portas para o florescimento da imprensa que pautaria os primeiros *debates* políticos na

arena urbana. Nesse mesmo dia 7 de março, D. João notificava a decisão de voltar para Lisboa deixando aqui D. Pedro, seu legítimo sucessor que ocuparia na sua ausência o centro do poder no Brasil. Para evitar maiores conflitos políticos, que na vida cotidiana já se mostravam cada vez mais acirrados, o Rei também convocava para abril a reunião de eleitores paroquiais para a escolha de seus representantes nas comarcas, responsáveis por elegerem os deputados que comporiam as Cortes, em Lisboa.

Uma semana depois, no dia 14 de março, era estampado na primeira página da *Gazeta* o decreto real. A decisão da partida foi compreendida como uma prerrogativa indispensável para a manutenção do Pacto Social. Por essa razão, D. João aceitava e jurava por “toda a Nação o dever do soberano de assentar a sua residência no Lugar, onde se ajuntarem as Cortes, para lhes serem prontamente apresentadas as Leis, que se forem discutindo, e deles receberem sem delongas a Sua indispensável Sanção.” Compreendia sua partida como “um dos mais custosos sacrifícios, de que é capaz o meu Paternal e Régio Coração”, estendendo o momento da sua tristeza para rememorar a trajetória histórica da monarquia portuguesa, particularmente quando ele próprio fora personagem principal. Ressaltava a separação – pela segunda vez – de seus vassalos, “cuja memória me fará sempre saudosa e cuja prosperidade jamais cessará de ser em qualquer parte um dos mais assíduos cuidados do meu Paternal Governo”.

Abril foi um mês de muita tensão no Rio. As tropas de linha aguardavam com ansiedade a reunião marcada para o dia 22, que definiria os personagens ou *eleitores das comarcas* para a representação do Rio de Janeiro nas Cortes Gerais. Estes ameaçavam novas manifestações e, com o apoio do povo, mantinham a cidade em constante agitação, ao ponto de Silvestre Pinheiro Ferreira sugerir ao Rei que entregasse aos autores da “desordem” a sustentação da tranquilidade pública (Ferreira, 1877: 182-183). José Domingues de Ataíde Moncorco, um memorialista do período, considerava horrível o quadro da Corte nessa época. “Tal a apaga que esta cidade leal e hospitaleira recebeu daqueles a quem acolheu, elevou e nutriu por tantos anos. Ela via-se onerada de impostos mal aplicados e novos no país, sem marinha, sem comércio e sem numerário”, bradava o contemporâneo. Além disso, ainda exaltava sua revolta com “uma Corte que ostentava luxo asiático; e como se ainda estes males não fossem sobejos, o Rio de Janeiro via germinar no seu seio mil partidos diversos e destrutores.” Segundo ele, tais fatores foram responsáveis pela partida precipitada do Rei (Moncorvo, 1864: 274). Paralelamente, ocorria a formação das Juntas de Governos Provinciais. Pará, Pernambuco e Bahia mantinham uma posição revolucionária: os líderes expulsaram os capitães-generais do poder e instituíram a eleição imediata de representantes da terra. Já São Paulo e Minas Gerais compuseram o poder e a representação pela

aliança dos antigos governadores, que simbolizavam a força do governo absolutista. Apesar das diferenças, essas transformações na recomposição dos poderes regionais significavam, nas palavras da historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra, “a incorporação definitiva e de direito, dos nascidos no Brasil nas funções administrativas da Monarquia” que, na prática, abria o caminho para a flexibilização do sistema (1994: 196).

Diante desse cenário, D. João resolveu antecipar em um dia a reunião, que ocorreria, então, no dia 21. Entre os dias 19 e 20 eram afixados nos principais pontos da cidade os editais que determinavam a mudança da data. A antecipação do encontro foi uma estratégia muito bem planejada pelos nobres emigrados e comerciantes de grosso trato para que mantivessem o controle das decisões e impedissem ou minimizassem a presença e os votos do grupo *liberal*. “A leitura deste edital causou sensação prodigiosa, instruiu o povo da sua força e animou os mais tímidos. Lavrou por toda a cidade a notícia de que a junta eleitoral ia deliberar sobre um novo governo e que El-rei queria que o Brasil fixasse regido por pessoas da sua confiança”, lembrava Moncorvo em maio do mesmo ano (Moncorvo, 1864: 276).

Os liberais, todavia, não acataram a alteração. Com o apoio do povo, das tropas milicianas e regimentos policiais organizaram uma manifestação na Praça do Comércio cujo intuito era fazer pressão ao governo e tentar viabilizar as diretrizes e os representantes que atendessem aos seus interesses. No dia 22, o povo – na maioria à margem do processo eleitoral –, compôs a multidão na praça. O sentido de *povo* no Brasil no alvorecer do Oitocentos estava estritamente associado aos critérios de representatividade, isto é, pelas regras da época vigente no quadro do liberalismo constitucional, eram as eleições censitárias e indiretas que designavam quem seriam os parlamentares. Apesar disso, o Rio ainda mantinha uma concepção tradicional do esquadrinha do espaço público (uma vez que as praças existiam, sobretudo devido à sociabilidade da Coroa, da nobreza, dos militares e da Igreja). Como nos elucidou o pesquisador Marco Morel, essa situação já começava a mudar devido às ocorrências e “tentativas de apropriação de outros espaços, que assim se tornavam híbridos”, pois marcava a presença de diferentes camadas da população na cena pública, o que, na prática, contribuía decisivamente para o “movimento de passagem para a condição de súditos-cidadãos” (Morel, 2005: 165).

Ao contrário do que imaginavam os liberais, a população livre das mais diversas camadas sociais também intervinha nas propostas políticas exigindo que suas vozes e interesses fossem contemplados. Depois de lido o edital, o povo se convenceu de que tinha o direito de fazer os comentários e reflexões que melhor lhes conviessem, por isso pediram em uma voz uníssona “Queremos a constituição espanhola interinamente!” (Moncorvo,

1864: 277)), que vigorava desde 1812 e cujo texto exercia grande influência no desenvolvimento do constitucionalismo espanhol, português e também norte-americano.

Esse posicionamento mostrava um viés fundamental da atuação do “povo” tão subestimado pelas elites luso-brasileiras: havia uma insubordinação às decisões e aos projetos políticos defendidos pela elite proprietária de terras, o que representava um perigo para os grupos em conflito, fossem eles a alta nobreza portuguesa e os ricos negociantes fluminenses, ou mesmo o grupo dos ditos liberais.

Em meio ao rebuliço, os membros do partido realista ou os homens próximos à D. João pediam tranquilidade e admitiam o juramento à constituição espanhola. “Os clamores aumentando em todo o salão, muitos membros da junta tomaram a palavra para os sossegar (*sic*), e os eleitores mais adictos às novas opiniões, depois de terem apreciado em silêncio o espírito do seu corpo, vendo que o partido realista estava comprimido por um terror pânico julgaram chegada a ocasião de se aproveitarem do ardor popular: eles em alta voz pediam ao povo que se tranquilizasse, prometendo-lhes que se havia de julgar a constituição que pediam, e afiançando o presidente para que estava munido de poderes reais para os atender”, narra Moncorvo, uma figura ocular dos fatos.

A violência e o acirramento das diferentes posições políticas alteraram os rumos da reunião. No auge das discórdias, D. Pedro autorizou a atuação repressiva das tropas de linha e de regimento da divisão portuguesa que colocavam um ponto final à manifestação. O saldo de tamanha violência, no entanto, era um alto número de mortos e feridos. “(...) pessoas do povo foram indiscriminadamente mortas, e um número maior, lançando-se ao mar com precipitação, encontrou nas ondas a morte que evitava. Porém, o que mais denegria estes soldados desencaminhados e ferozes foi que, não contentes de tirarem a vida a seus próprios concidadãos, traficavam nelas, recebiam ou roubavam o que achavam de mais precioso, e saquearam os móveis de prata do serviço da casa”, descrevia o mesmo memorialista (Moncorvo, 1864: 288).

A grande repercussão do episódio teve diferentes versões pela cidade. Cada um a sua maneira recontava o fato ressaltando os detalhes que mais lhe interessavam. Diante de tamanha afronta ao poder real, era necessário que o gazeteiro da monarquia publicasse uma reportagem sobre o ocorrido, em 25 de abril. Depois de descrever a razão do evento ocorrido na Praça do Comércio – a eleição dos nomes dos comissários para atuação nas Cortes –, Araújo Guimarães falava em nome da monarquia, comentando a enorme decepção que o povo havia causado diante dos olhos do Rei e seus representantes. “Confessamos ingenuamente que nos entregávamos

de antemão a sentimentos de júbilo por uma acizada (sic) eleição, e nos felicitávamos do desempenho de tão grato dever. Mas quanto são errados (sic) os juízos dos homens!” Afirmava ainda que, por ter as esperanças malogradas, a dor era pungente. Ressaltava, contudo, que “devemos ser *fiéis expositores* de acontecimentos desastrosos, que tiveram origem na inconsideração, progresso na exaltação de sentimentos ilegais, e fim em desgraças, que a maior vigilância não pudera antever.”

A circunstância pela ótica das autoridades reais era *desastrosa* e a fala do redator deixava claro que a razão dessa catástrofe tinha uma explícita relação com a atuação do povo – considerado por Guimarães “inimigos da causa pública” –, justamente porque reivindicava a sua participação política. Segundo o jornalista, os revoltosos “sofregamente procuravam medidas violentas, e providências arrebataadas. Discursos sediciosos, vozes tumultuosas substituíram a tranquilidade e sangue frio necessários em deliberações de tanta importância” que acabaram por abrir espaço para objetivos “alheios àquela assembléia e, portanto nulos”. Para os representantes da monarquia, esses personagens acabaram por produzir muitos rumores anárquicos ao invés de consagrar o importante voo em direção à liberdade, o que causava profundo pesar aos cidadãos que têm verdadeiro amor pela Pátria.

A reflexão publicada na folha oficial três dias depois do episódio revelava muito da visão que os detentores do poder possuíam dos agentes sociais populares que estavam inseridos na transformação política de tamanha envergadura para os destinos do Império luso-brasileiro. Compunham uma multidão ainda sem coesão coletiva em prol dos ideais que defendiam, mas que já possuíam a consciência do seu potencial de transformação ou, ao menos, já começavam a compreender a força inerente ao poder de suas palavras quando expunham as contradições e problemas da realeza no espaço público.

Em 26 de abril, quatro dias após esse episódio lamentável, D. João VI partia para Portugal. D. João, a Rainha D. Carlota e o príncipe D. Miguel eram acompanhados por mais ou menos quatro mil pessoas que compunham a comitiva real. Por ironia do destino, o regresso da corte joanina foi feito à francesa, às pressas, mas sem alarde. D. João VI voltava para o Reino muito menos Rei do que quando chegara ao Brasil, ainda Príncipe Regente. Acuada politicamente, o silêncio da partida demonstrava o medo do monarca diante das possíveis manifestações populares que já faziam parte do cotidiano de seus súditos-cidadãos em ambas as margens do imperial Atlântico português.

Dois dias depois da partida, a edição 34 da *Gazeta do Rio de Janeiro* estampava a notícia que já era de conhecimento de todos na cidade. O jornalista exaltava as provas de amor do soberano aos seus vassallos e todo o seu empenho em prosperar o Novo Mundo. O embarque da realeza

pela nau *D. João VI* era descrito da seguinte forma: “Um excelente dia, um vento do NE, fresco e aturado fizeram sobressair esta cena brilhante, e ao mesmo tempo dolorosa”. Nessa mesma edição, a *Gazeta* publicava o primeiro artigo de D. Pedro na imprensa. Intitulado *Habitantes do Brasil*, o regente comunicava seus súditos acerca dos objetivos gerais de sua real administração. Em 28 de abril de 1821, portanto, sob as rédeas do Príncipe Regente, que ficara para dar unidade ao Império, começava uma importante fase da história do Brasil. O período joanino ficara para trás.